

BRASIL AGORA

4 A 18 DE JULHO DE 1995 — Nº 70 — R\$ 2,50

EM BUSCA DA TERRA PROMETIDA

Seis agricultores assentados em terras da União foram assassinados em São Félix do Xingu (PA), no último dia 29, em mais uma ação das polícias militares e dos fazendeiros contra a reforma agrária. Algumas semanas antes, milhares de trabalhadores rurais haviam realizado o "Grito da Terra", com ocupações e protestos em todo o país. Esta edição de **Brasil Agora** demonstra que, embora esquecida pela grande imprensa e desprezada pelo governo FHC, a luta pela reforma agrária continua atual. O número de áreas ocupadas cresceu nos primeiros meses de 95, e espalhou-se para novas regiões, como a Zona da Mata de Pernambuco (página 5). Sucessivos estudos continuam desmentindo a idéia preconceituosa segundo a qual os assentamentos são "favelões rurais" (página 4). Ao comemorarem dois anos de ocupação, os trabalhadores da Fazenda Nova Santo Inácio - Ranchinho provam, em pleno Triângulo Mineiro, que enfrentar o latifúndio é, no campo, a saída que resta para vencer a miséria e ser feliz (reportagem especial, páginas 6 e 7)



**O governo FHC tenta
- mas não consegue - frear a
luta pela reforma agrária**

REAL

Acabou o tempo das vacas gordas, diz João Machado

Pág. 9

SALÁRIO

Luiz Piva discute a desindexação e o ataque ao sindicalismo

Págs. 8

CULTURA

Rolando Boldrin, que está de volta à TV, em entrevista exclusiva

Págs. 10 e 11

UNE

Congresso podia ser melhor, mas reafirma luta contra o neoliberalismo

Pág. 12

OPINIÃO

O Editorial defende uma grande campanha pela reforma agrária

Pág. 3



PT PREPARA O 10º ENCONTRO NACIONAL

Correntes internas e secretarias nacionais apresentam teses ao partido

O PT prepara-se para o 10º Encontro Nacional, que se realizará em Guarapari (ES) nos dias 18, 19 e 20 de agosto. Neste encontro, como em todos os outros, os delegados discutirão o material contido nas teses apresentadas, das quais duas são de instâncias (Secretaria Nacional de Movimentos Populares e Secretaria Nacional de Comunicação), quatro de tendências e/ou agrupamentos e uma assinada por uma série de militantes encabeçados por Vladimir Palmeira. Um caderno está sendo confeccionado com todas as propostas, que divergem em algumas avaliações e interpretações da conjuntura. Há diferenças, mas todas possuem referências ao neoliberalismo. O que muda é a maneira como cada agrupamento propõe enfrentar o "avanço neoliberal".

Outros temas, como organização partidária, também estão pautados para discussão. Se depender da tendência Demo-

cracia Radical, por exemplo, todos os cargos de direção serão preenchidos através de eleição direta e nenhum dirigente será profissionalizado. "A superação da crise do PT depende secundariamente de medidas organizativas", afirma a tendência. Abaixo, alguns trechos das teses contidas no caderno, que será distribuído nos encontros aos delegados ao 10º EN tirados nos encontros municipais.

"Cabe ao PT atentar sobre o seu papel como formulador de uma política, que a partir da centralidade partidária, de seu papel dirigente, consiga dar conta da proposição de um projeto que dê resposta às necessidades dos movimentos sociais na direção da construção de uma sociedade socialista." (Secretaria Nacional de Movimentos Populares)

"É preciso que algumas pessoas 'credenciadas' falem aquilo que a militância e muitos dirigentes falam há anos

e anos, qual seja: não é possível, evidentemente, chegar ao lugar que se pretende se a população em geral só tem acesso a um lado da história, o da classe dominante, que, estendendo seus amplos domínios, sempre deteve o controle da informação." (Secretaria Nacional de Comunicação)

"O PT deve continuar lutando contra as reformas neoliberais e a quebra dos monopólios estatais. Se a quebra efetivar-se, o PT deve disputar na sociedade e no Congresso sua regulamentação, contra uma legislação que inviabilize a Petrobrás e privatize totalmente as telecomunicações." (Articulação Unidade na Luta)

"Seria um erro grave deixarmos com a direita a bandeira da modernização do país. É fundamental elevar o grau de eficiência geral da economia, sua capacidade competitiva face aos países desenvolvidos. Só assim será possível sustentar duradou-

mente a estabilidade da moeda, alcançar uma integração internacional soberana e conduzir de maneira eficaz a luta contra o apartheid social." (Democracia Radical)

"A tarefa imediata dos petistas é a resistência política ao projeto do governo, simultaneamente articulada ao esforço para afirmar o programa democrático-popular como única alternativa de reformas sociais em prol das classes populares. Trata-se de confrontar globalmente a política neoliberal com o projeto democrático e popular." (Movimento Na Luta PT)

"O partido precisa ter uma estruturação ágil e espaços democráticos de discussão (nacionais, estaduais, municipais, zonais, setoriais), alimentados por uma boa comunicação interna, por uma imprensa própria, formação política, respeito às deliberações coletivas e unidade de ação." (Opção de Esquerda)

Executiva e Petroleiros avaliam a greve

A Comissão Executiva Nacional do PT, parlamentares e petistas da Federação Única dos Petroleiros (FUP) reuniram-se no dia 23 de junho, em São Paulo, para fazer um balanço da greve realizada pela categoria em maio. Das várias propostas discutidas, "pelo menos sete foram consideradas prioritárias", na avaliação do secretário-geral do PT, Gilberto Carvalho.

1. Criação de um Fórum de sindicalistas do PT, que incluirá dirigentes do Movimento Sem Terra. Com o objetivo de barrar as reformas propostas pelo governo federal, esse Fórum poderá se ampliar com a inserção de vários segmentos do movimento social. O que seria, a princípio, um Fórum de Petistas, pode, em breve, se constituir em um Fórum Democrático Popular. Para articular, desde já, a concretização dessa proposta, as Secretarias de Movimentos Populares e Sindical deverão somar esforços em suas áreas e, em alguns momentos, mover ações e promover atos públicos em conjunto.

2. No Congresso, o PT estará cobrando o compromisso da Ação Parlamentar — grupo liderado pelo deputado Franco Montoro (PSDB/SP) que trabalhou na tentativa de negociações entre o governo e grevistas. O deputado Luciano Zica (PT/SP) é o responsável por esta articulação, que exigirá do presidente Fernando Henrique Cardoso abertura de negociações, imediatamente à volta dos petroleiros ao trabalho. Os governadores do Distrito Federal, Cristóvam Buarque e o do Espírito Santo,

Vitor Buaiz, tentarão dialogar com o presidente cobrando esses compromissos assumidos publicamente pelo governo federal.

3. Será iniciada, também, uma campanha de esclarecimentos à população, discutindo a greve e os motivos de seu prolongamento. A CUT se responsabilizou pela publicação de panfletos e uma ampla campanha de mídia.

4. Organizar um Tribunal simulado com o objetivo de julgar o comportamento do Judiciário e do Governo federal com a presença de juristas. Os petroleiros estão preparando uma ação contra o governo por danos causados ao patrimônio público durante a greve.

5. A CUT, a Central de Movimentos Populares (CMP) e entidades de defesa do consumidor serão estimuladas a continuar denunciando na imprensa o locaute de empresários distribuidores e revendedores de gás de cozinha que, provocando filas imensas dos postos de distribuição, receberam como prêmio um aumento de mais de 25% no preço do produto.

6. A CEN enviará carta aos petroleiros reafirmando sua posição de apoio.

7. O PT promoverá debates sobre a questão das greves no relacionamento entre as prefeituras administradas por petistas e os funcionários públicos.

A reunião serviu ainda para uma franca troca de opiniões sobre o desenvolvimento da recente greve dos petroleiros, longe das versões veiculadas por órgãos da grande imprensa.

PT APRESENTARÁ EMENDAS NA REFORMA CONSTITUCIONAL

Apesar de diferenças de posições, a CEN, reunida em 12 de junho com o líder da bancada na Câmara, deputado Jacques Wagner, determinou mudança de tática no enfrentamento da reforma constitucional. Isso significa que, com relação às emendas já aprovadas em primeiro turno na Câmara, o PT deve apresentar propostas que, por meio de leis complementares, ordinárias ou regulamentações, reduzam os seus efeitos nocivos. Ao mesmo tempo, o partido divulgará a proposta de um referendo popular sobre a queda dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações.

Além disso, haverá empenho na divulgação das propostas que já estão sendo elaboradas no partido como a Reforma Tributária e a Reforma da Previdência. Elas poderão ser transformadas em propostas de iniciativas populares, a partir da articulação com outras forças e entidades.

O PT lutar também pela:

1. Limitação dos juros para evitar a inandimplência generalizada de pessoas jurídicas e físicas.

2. Elaboração de uma política de salários, já que, em julho, com a desindexação salarial, a maioria da população ficará desprotegida.

3. Iniciar uma campanha de combate à recessão e ao desemprego, elaborando propostas de criação de empregos.

4. Mudanças institucionais — Campanhas pela Reforma Agrária, pela democratização da comunicação, por mudan-

ças no aparelho do Estado, entre outras.

5. Políticas sociais — Propostas para a educação, saúde, habitação, alimentação, abastecimento, saneamento básico, transporte, cultura, esporte e lazer.

Conforme a Ata da CEN, "na discussão, vários companheiros manifestaram-se a favor da apresentação de propostas alternativas às do governo, principalmente para a disputa de apoio na sociedade, mesmo com poucas chances de vitória no parlamento. O companheiro Markus Sokol foi contrário, dizendo que o PT não deve fazer o papel de minoria que legitima o poder da maioria", e sugeriu a realização de encontros e reuniões de resistência à política do governo".

Na sequência, no último dia 27, a CEN reuniu-se com a bancada federal em Brasília. Ali, o entendimento foi que o PT deverá estar concentrado no próximo semestre em questões sociais, como as reformas Agrária e da Previdência, desindexação dos salários, juros altos, entre outras. Foi esse o entendimento da reunião entre a bancada federal e a CEN, realizada no dia 27, em Brasília. De certa forma, foram confirmadas as propostas defendidas pela reunião anterior da CEN. Lula, em particular, diagnosticou "o caráter conservador, neoliberal e sem sensibilidade para o social do governo FHC". As lideranças decidiram ainda que o partido precisa intensificar a luta pela democratização da comunicação, criando instâncias próprias de contato com a sociedade.

EDITORIAL

REFORMA AGRÁRIA
E NEOLIBERALISMO

o tempo todo querendo contaminar a leitura com opiniões. Contaminar a informação com a opinião do editor pode significar uma rejeição, um enfraquecimento do impacto da imagem, exatamente o oposto do que se queria obter.

A capa está atraente, e as pequenas chamadas alinhadas à esquerda estão interessantes. A matéria sobre as dificuldades do governo com as emendas (página cinco) está muito bem diagramada e a leitura é rápida e fácil. Os intertítulos facilitam e agilizam a informação.

Sugestões: pelo menos uma página do jornal deveria ser dedicada ao acompanhamento do PT e dos movimentos sociais nos Estados. Enfim, poderia ser uma coluna dedicada ao público "interno", à "família petista".

Por fim, não esqueçam o humor. Charges são comunicativas, e dão leveza ao jornal, como pede Lula na entrevista.

*Um afetuoso abraço do
João Carmo- Piúna (ES)*

CARTAS



Prezado Sr. Diretor,

Recebi o Brasil Agora, li com interesse as matérias e artigos. Quero parabenizar a equipe de redatores pelo relançamento do jornal, tão importante elo de ligação entre a "família petista" de todo o Brasil. Toda vez que recebo o jornal, é como se estivesse recebendo uma carta de alguém muito próximo, da "família".

Dito isto, quero fazer algumas críticas e sugestões. Primeiro, a questão do texto. Insista com os redatores para que sejam simples, e que redijam sempre pensando numa linguagem coloquial, como se estivessem conversando com um companheiro.

Outro cuidado extremamente importante: evitar estar

Aos gritos de "Reforma Agrária, na Lei ou na Marra", uma multidão de milhares de camponeses carregando foices, roçadeiras e enxadas ocupou o centro do Recife e cercou a sede da Sudene. Essa manifestação, aconteceu há 30 anos e até hoje a reforma agrária não saiu — nem na lei, nem na marra... No entanto os indicadores econômicos revelam o agravamento da crise social, em função da estrutura agrária do país. Segundo dados da Contag de 1994, existem 5 milhões de famílias sem terra, enquanto só as empresas multinacionais possuem 36 milhões de hectares, o que daria para assentar todas essas famílias. Existem 1.020 conflitos pela posse da terra envolvendo 250 mil famílias e 10 milhões de hectares, cujo resultado são 15 mil famílias acampadas à beira das rodovias. Por outro lado, em muitos assentamentos a "lona preta" (símbolo das ocupações) já foi substituída por uma mínima estrutura econômica e social, gerada pela auto-organização dos ocupantes e que expressa a melhora das condições de vida de quem acreditou no lema "Terra não se Ganha, Terra se Conquista". De quem, descrente das promessas dos governos comprometidos com o latifúndio resolveu ser agente direto da reforma agrária, adotando a política de "Ocupar Resistir, Produzir e Organizar para Ser Feliz"!

Nos últimos dez anos, houve um significativo avanço do grau de consciência, organização e radicalização da luta pela reforma agrária. Através da ação direta, milhares de trabalhadores sem terra realizaram ocupações em várias regiões do país enfrentando o latifúndio, a UDR e o sistema jurídico político.

Em assentamentos como o do Pontal do Paranapanema, situado em São Paulo, ou a Fazenda dos Trabalhadores na zona da mata de Pernambuco, ou a Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho, no Triângulo Mineiro (citados nessa edição do Brasil Agora), ao lado de muitos outros que funcionam sem qualquer apoio do governo, as famílias assentadas, mais do que um pedaço de chão para plantar, conquistaram a compreensão do processo produtivo e dos problemas da organização social de uma nova comunidade. Compreendem hoje, que a reforma agrária muito mais do que a democratização da terra,

é uma reforma econômica, social e cultural, onde o elemento determinante para a vitória de cada experiência é a politização da comunidade. A sua compreensão envolve o conjunto das atividades, desde a sua relação política com outros trabalhadores que os apoiaram no início da ocupação até a viabilização sócio-econômica dos assentados enquanto produtores. Isso passa pela superação da consciência da pequena produção familiar.

**É PRECISO
TROCAR O
PISAR MACIO DOS
SALÕES ATAPETADOS
DA CÂMARA E
DO SENADO
PELA OCUPAÇÃO
DAS RUAS**

Por uma visão onde a unidade econômica é o conjunto da área ocupada, entendida como nova unidade produtiva, mesmo quando a terra foi dividida em lotes familiares. Hoje se discute que as áreas reformadas só terão sucesso se funcionarem como Empresas Agrícolas Comunitárias, baseadas na auto-gestão, onde o trabalhador rural se capacitou a gerenciar de forma competente, aumentando a produção e a produtividade.

Mesmo com todo esse avanço a luta pela reforma agrária não se transformou em um grande movimento político nacional, tanto da população urbana quanto da rural. Esse é o desafio que está colocado para as organizações que lutam pela reforma agrária, para o PT, a esquerda e todas as forças progressistas do país. A perspectiva da eleição de Lula em 94 acendeu uma chama de esperança de que a reforma agrária viria com a parceria entre o movimento e o novo governo democrático-popular. Com Fernando Henrique no Palácio do Planalto a reforma agrária ficou em situação mais difícil do que na gestão Itamar. A sua política de comprar os votos da bancada ruralista com o "financiamento" dos grandes latifundiários e a forma como recebeu a coordenação do Grito da Terra no dia 1º de junho (sem dar a menor atenção às suas denúncias e reivindi-

cações, como o afastamento do Presidente do INCRA) mostram a força da aliança hoje estruturada entre a direita agrária e o Presidente da República, que ao final do encontro foi bastante enfático: "O Ministro da Agricultura e o Presidente do INCRA são conservadores, mas muitas mudanças no Brasil vão depender do apoio dos conservadores"

No momento em que FHC aprova suas emendas, reprime a greve dos petroleiros e define-se por uma política agrária conservadora, é preciso que as forças do campo democrático popular contraponham a sua agenda à do grande capital e escolham um terreno mais favorável para travar a luta. Certamente esse terreno não é o Parlamento, onde FHC através dos expedientes mais deletérios do "é dando que se recebe" consolidou uma maioria de direita. Precisamos substituir o pisar macio nos salões atapetados da Câmara e do Senado pela ocupação das ruas. Se a reforma neoliberal da ordem econômica adquiriu uma dinâmica sem retorno, devemos buscar a mobilização do povo numa campanha nacional pela convocação de um referendo popular, para julgar as emendas aprovadas no Congresso Nacional. Levar para o debate popular o verdadeiro caráter das reformas governo e ter a resposta do povo brasileiro, se vai aceitá-las ou não.

Uma ação dessa natureza busca inverter a situação defensiva do projeto democrático-popular, retirando os deputados e senadores do papel de atores principais de uma política que serve aos poderosos, substituindo-os pelo próprio povo na rua defendendo seus interesses. Nessa mesma linha de substituir a agenda neoliberal pela agenda democrático-popular na vida política do país, precisamos colocar nas ruas, urgentemente, uma campanha pela reforma agrária. Defendê-la como proposta de desenvolvimento econômico, justiça e progresso social do país, capaz de contribuir para superar o inchamento populacional das grandes cidades. Politizar a sociedade, mostrando o quanto uma reforma agrária ajuda a alavancar uma reforma urbana que desfavelize as grandes cidades e eleve a qualidade de vida da população.

BRUNO MARANHÃO
DIRETOR DO BRASIL AGORA

Festa do Jornal Brasil Agora

Dia 4 de agosto - a partir das 22 horas
Local: Av. Brasil, 820 - Jd. América - SP
Automóvel Club Paulista
Convite: R\$ 5,00

-Sortelo de duas passagens para Cuba-
Informações pelo telefone:
(011) 605.5087 e 605.5088
com Nilda ou Ana Marla

**BRASIL
AGORA**

CONSELHO EDITORIAL: EDUARDO SUPICY, FREI BETTO, HAMILTON PEREIRA, JOSÉ AMÉRICO DIAS, LUIZ EDUARDO GREENHALGH, ALUIJO FREIRE JR, MARKUS SOKOL, MITON TEMER, MYRIAN ALVES, PIÚNA DE ARRUDA SAMPAIO, RAUL PONT, RENATO SIMÕES, RITA FREIRE, VERA GOMES, PERSEU ABRAMO, BRUNO MARANHÃO E ANTONIO MARTINS

DIRETOR: BRUNO MARANHÃO

EDITOR: ANTONIO MARTINS

REDAÇÃO: CECÍLIA LUDEMANN, MARISA LOURENÇO, MYRIAN ALVES E WILLIAM AGUIAR

DIAGRAMAÇÃO: FABIANO CIAMBRA E NITON CÉSAR ZANELLI

PESQUISA DE FOTOS: IVANILDA ALVES

ILUSTRAÇÃO: MARINGONI

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO: DARLIAN MONTENEGRO, DOMINGOS SÁVIO CORRÊA, FERNANDO CAMPOS, JOÃO MACHADO, LUIZ GUILHERME PNA E SOLANGE AMERICANO.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: CECÍLIA LUDEMANN - MTB: 14.915

ADMINISTRAÇÃO: MARIA RODRIGUES DE LOKOLA (CHEFE) E IVANILDA ALVES

CIRCULAÇÃO: ANA MARIA ALVES

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA VICENTE PRADO, 134 — 01321-020 — SÃO PAULO-SP — TELEFONE: (011) 605.5088 — FAX: (011) 605.5087

ASSINATURAS:

COORDENADORA: EUANA ALVES MORAES (011) 605.5090

ARACAJU: ZINAIDE SANDRES (079) 224.2692 — **Belo Horizonte:** ANTONIO DE PÁDUA

CEBOLA: (031) 226.3856 ou 222.3811 — **João Pessoa:** ANA PAULA (083) 322.6747

— **Fortaleza:** JOSÉ VITAL (085) 226.5311 — **Maceió:** MARCELO NASCIMENTO (082)

221.5788 — **Natal:** MICHELENE (084) 221.5140 — **Recife:** MARIA PURCINA (081)

222.1066 — **Rio de Janeiro:** PAULO MORANI (021) 234.2003 ou 262.5863 —

Salvador: LUCINEI SOUZA (071) 398.0527 — **São Luiz:** JOSÉ ARTEIRO (098) 243.1341 —

Teressina: ROGÉRIO RIBEIRO (086) 220.2156 — **Vitória:** VANDA LÚCIA VIANA (027)

228.2881

LUTADORES E PRODUTIVOS

Pesquisa da FAO desmonta os argumentos dos conservadores, que qualificam as ocupações como "favelões rurais"

Quem ainda acredita na velha ladainha segundo a qual as ocupações de terra são "favelões rurais" — onde há muito esforço mas pouquíssimos resultados — precisa ler o relatório final de uma pesquisa realizada em 1991 pela Organização de Alimentação e Agricultura da ONU (FAO), sobre os indicadores sócio-econômicos dos assentamentos brasileiros. Os resultados são claros. Eles mostram que, apesar das áreas analisadas serem de ocupação muito recente — três anos de existência, em média — "os resultados são bastante significativos se comparados com a média de renda do setor rural".

Um novo Brasil rural, reiventado pela iniciativa popular, aparece nos números da FAO: as condições de vida melhoram e a produtividade aumenta nos assentamentos. "Do ponto de vista social existem alguns indicadores que mostram que a situação nos assentamentos é melhor do que na sociedade em geral. (...) As mortes das crianças de menos de 1 ano em relação às nascidas no mesmo período foram bastante inferiores ao se comparar com as médias regionais de mortalidade infantil" diz por exemplo o relatório.

FALTA DE APOIO: A pesquisa, feita em convênio com o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, concluiu também que a média nacional da renda de uma família de assentados é de 3,7 salários mínimos por mês. Há variações conforme a região, mas mes-



Crianças que ocuparam terras: mortalidade infantil é sensivelmente inferior à das regiões onde se situam os assentamentos

mo a menor renda familiar — 2,33 salários, no Nordeste supera em 1 mínimo por família a "linha da pobreza", abaixo da qual estão dezenas de milhões de assalariados.

Os assentamentos mais pobres encontram-se no sertão do Ceará. Os mais ricos estão no Rio Grande Sul, especialmente aqueles que comercializam produtos hortigranjeiros próximos de Porto Alegre. Os índices revelam que a pobreza de alguns assentamentos está relacionada com as desigualdades

regionais do país e com a falta de incentivos aos Estados mais pobres — e não com suposta "ineficiência". Na Bahia, por exemplo, a área que recebeu apoio para a irrigação aparece como um caso de exceção regional, atingindo rendas médias altas.

ALTO RETORNO: Ao contrário do latifúndio improdutivo, os assentamentos retomam o crescimento econômico: "Uma parcela que varia entre 70 a 80% da renda bruta média das famílias caracteriza-se como lucro agrícola, re-

velando portanto uma alta taxa de retorno em relação aos investimentos de custeio realizados", diz o estudo da FAO. Complexa, a pesquisa abordou também as várias atividades econômicas desenvolvidas pelos assentados. Demonstrou, em primeiro lugar, que 37% da renda das famílias provêm, em média, da comercialização dos produtos; 37% do consumo de alimentos que elas próprias produzem; e 26% do assalariamento de alguns membros da família ou outras atividades econômicas.

Com base nesses dados, o texto sustenta: "Pode-se dizer que os assentamentos se configuram como unidades produtivas, ou seja, não podem ser caracterizados apenas como reservatórios de mão-de-obra, ou locais de moradia". E revela que a melhor forma de melhorar as condições de vida é produzir melhor e vender — ao invés de realizar atividades não-agrícolas ou assalariar parte da família.

O relatório atenta, ainda, para a melhora da condição de vida nos assentamentos, diante da alarmante realidade de desemprego no campo. Atesta que a maior parte dos assentados fazia parte da massa de desempregados ou sub-empregados (bóia fria, empregos temporários) e que apenas 13,44 % eram posseiros. Conclui, ainda, contra as "apreciações exageradas" e o "alarmismo e derrotismo" das análises sem dados, que a taxa de desistência e abandono é baixa, numa média de 20% — e geralmente resulta de condições impróprias para o desenvolvimento econômica do assentamento.

Desmascarando os argumentos dos conservadores, o relatório recomenda: "Em suma, pode-se dizer que a continuação do programa de assentamento de populações rurais de baixa renda, realizado de uma forma pragmática e bem organizada, resultará no melhoramento dos indicadores sócio-econômicos do setor rural do Brasil e da sociedade como um todo".

CECÍLIA LUEDEMANN

O PORQUÊ DAS OCUPAÇÕES

O longo processo das desapropriações só caminha na base da ação direta dos lavradores

Os números do Movimento dos Sem-Terra (MST) revelam: existem hoje no país cerca de 12 mil famílias acampadas à espera de terra para trabalhar. O processo burocrático entre a desapropriação da terra e imissão da posse é longo e doloroso. Rodrigo Lopes, um gaúcho acampado que presta assessoria temporária ao movimento, explica: "o primeiro passo é a avaliação da área, feita pelos técnicos do Incra. Aceita pelo Instituto como área de desapropriação, o processo é remetido ao ministério da Agricultura e

passa por novas avaliações técnicas e jurídicas. Ainda que a desapropriação seja assinada pelo presidente da República, os autos são remetidos à Justiça estadual para a imissão de posse. É nesse momento que os fazendeiros usam recursos para reverter a situação — empregando violência contra os posseiros.

Duas das principais reivindicações do MST no Grito da Terra visam precisamente acabar com a tramitação a passo de tartaruga das desapropriações: os sem-terra querem vincular o Incra à Presidência

e aparelhar o Instituto com recursos financeiros e humanos.

Parece difícil. Nomeado com consentimento de FHC, o atual presidente do órgão é um fazendeiro paranaense que desfruta da amizade do ministro — José Carlos Andrade Vieira, banqueiro do Bamerindus, terceiro maior grupo financeiro privado do país e grande proprietário de terras. "Com esse time", diz Rodrigo Lopes, "fica difícil acreditar até mesmo nos reduzidos números de assentamentos que propõe o governo."

O recurso de luta mais forte para o trabalhador sem terra ainda é, portanto, a ocupação — única forma de obrigar o governo a realizar as desapropriações. Os números apresentados pelo MST comprovam elas estão aumentando constantemente. De 1990 a 1994 foram feitas 249, envolvendo 74.678 famílias — uma média de 49 ocupações e 15 mil famílias por ano. Só nos cinco primeiros meses de 95 já ocorreram 27 novas ocupações (9.377 famílias) e 13 reocupações (posseiros despejados voltam a ocupar a mesma área). (M.L.)

VAI COMEÇAR DE NOVO

O movimento dos sem-terra apresenta suas exigências ao governo e já promove mais ocupações em muitos estados

V em por aí uma briga feia entre o governo e os trabalhadores do campo. Dispostos a barrar o projeto neoliberal do governo FHC, cerca de 120 mil trabalhadores de 19 estados realizaram de 5 a 14 de junho o II Grito da Terra. Trabalhadores rurais sem terra, posseiros, pequenos proprietários, atingidos por barragens, povos indígenas, seringueiros e pescadores demonstraram a força de sua unidade, e conseguiram arrancar do governo algumas medidas concretas.

Ainda foi pouco. Os sem-terra colocaram como reivindicação número um a solução imediata do drama das 12 mil famílias acampadas. O prazo para atendimento expira em 25 de julho, dia nacional do trabalhador rural.

Durante a semana de mobilizações foram realizadas nove ocupações de terra em seis estados do Nordeste: BA, PE, PB, RN, CE e PI. Na Paraíba e no Rio Grande do Norte os posseiros foram despejados e neste último houve prisões. A sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) foi ocupada em dez estados. As manifestações de rua reuniram em média 1500 pessoas e, em alguns estados foram feitos bloqueios em pontes e rodovia. Em 1º de julho, o "Grito da Terra" apresentou ao presidente da República e a todo seu ministério uma pauta única, com suas principais reivindicações.

"O governo vem pra cima": Um dos coordenadores nacionais do Movimento dos Sem Terra (MST), João Pedro Stedile, avaliou a jornada como positiva, pela capacidade de mobilização, mas com resultados regulares. "Infeliz-



Agricultores tomam fazenda, em 93: o Grito da Terra pode ter deflagrado uma nova onda de iniciativas como esta

mente arrancamos do governo apenas algumas medidas, - como a liberação de recursos e T.D.A. para emitir na posse de terra - que são importantes para nossa base, mas ainda insuficientes para barrar o projeto neoliberal do governo para a agricultura". O representante dos sem terra, que integrou a comissão recebida por FHC, descreveu um quadro sombrio. "O Grito permitiu medir o grau de intenções do governo: eles vêm pra cima com tudo". Para o coordena-

dor do MST, a proposta de reforma agrária do governo se resume a um conjunto de medidas paliativas para combater alguns focos de miséria ou focos de resistência política que impliquem em desgaste".

Prevedo a possibilidade de o ministro não conseguir resolver a equação, o MST apresentou uma proposta: recolher em terras as dívidas dos proprietários de terra caloteiros com o Banco do Brasil. A dívida de 1.227 fazendeiros acu-

mula, desde 1993, mais de R\$ 2 bilhões. Se fosse executada, o banco recolheria 2 milhões de hectares — o suficiente para assentar 200 mil famílias.

O MST também exigiu do governo a liberação de R\$ 250 milhões para o Procerca (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária). Nas negociações durante o Grito da Terra, o governo concedeu apenas R\$ 24 milhões.

MARISA LOURENÇO

PROGRAMA PÍFIO

Reforma agrária de FHC é para inglês ver

Ao lançar em Recife, no dia 24 de março, o programa de "reforma agrária" de seu governo — com toda parafernália cênica para a conveniente cobertura das TVs —, o presidente FHC anunciou a desapropriação de um milhão de hectares para assentar, até o final do ano, 40 mil famílias. A inconsistência desse pronunciamento ficou eviden-

te nos próprios números: ainda que o processo de desapropriação e assentamento fosse rápido, esse milhão de hectares seria suficiente apenas para 16 mil famílias — e não 40 mil conforme anunciou FHC.

Outro dado evidenciou que o governo está disposto a ressuscitar práticas do governo militar: 72% dessa "terra prometida" estão

em áreas de colonização (MT, PA, RO) — onde qualquer tipo de infra-estrutura (água, luz, estradas, postos de saúde) fica a centenas de quilômetros. Os 28% restantes atenderão, nas regiões onde há grande número de conflitos, como Pernambuco, Alagoas e Sergipe (zona da mata), a menos de mil famílias (222 famílias no Nordeste e 700 no Sul). (M.L.)

ANO QUENTE EM PERNAMBUCO:

CRISE DAS USINAS DE AÇUCAR LEVA A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA À ZONA DA MATA

O campo pernambucano espera um 1995 de conflitos. Tradicionalmente associadas ao Sertão e ao Agreste, as ocupações de terra se espalharam, a partir do início do ano, para a Zona da Mata — reduto das usinas de açúcar e das forças políticas mais conservadoras. Os líderes dos trabalhadores rurais prevêem que a tendência deverá se acentuar a partir de julho ou agosto.

Quatro grandes ocupações, das quais participam mais de 2 mil famílias, ocorreram desde janeiro. Três delas eclodiram em municípios da Zona da Mata — Água Preta, Joaquim Nabuco e Ribeirão. A causa essencial é a crise das usinas de açúcar e de álcool do Nordeste, que se arrasta há anos e agravou-se recentemente. Teme-se que os usineiros promovam, com o início da entressafra no segundo semestre, 80 a 100 mil demissões, só em Pernambuco.

José Luiz Sobrinho, que participou em 1989 da ocupação da "Fazenda dos Trabalhadores" e hoje é um dos líderes da luta pela reforma agrária no Estado, conta que em alguns casos as iniciativas surgem sem o conhecimento das lideranças de trabalhadores rurais do Estado. Desesperados pela falta de emprego, os cortadores de cana tentam plantar em fazendas de açúcar decadentes. Afastados há muitos anos da produção de alimentos, muitas vezes precisam de assistência até para cultivar a terra.

O governo Miguel Arraes mantém um programa de compra de terras dos usineiros para assentamentos. José Luiz queixa-se que as operações acabam favorecendo os desapropriados, já que os preços pagos a eles são abusivos. Além disso, a Justiça é insensível ao drama dos desempregados: Insiste em protelar a transferência da terra, que acaba saindo apenas após a ocupação. (A.M.)

REFORMA AGRÁRIA NO COVIL DA UDR

Após dois anos de assentamento, antigos sem-terra contam como ocuparam - e mantêm - uma área de 3.800 hectares no Triângulo Mineiro

Madrugada camponesa, faz escuro ainda no chão, mas é preciso plantar. A noite já foi mais noite, a manhã já vai chegar.

Thiago de Mello

No dia 20 de maio, Campo Florido testemunhou uma vitória camponesa: a comemoração dos dois anos do assentamento dos trabalhadores rurais na Fazenda Nova Santo Inácio/Ranchinho. Naquela cidadezinha do Triângulo Mineiro, a 60 quilômetros de Uberaba, centro político do latifúndio e da UDR (União "Democrática" Ruralista), 500 camponeses, organizados como numa escola de samba, apresentaram a história da conquista da terra. A ala dos bóias-frias veio toda esfarrapada; na ala do acampamento, adultos cantaram com casinhas de plástico preto nas cabeças. Mas o grupo que mais impressionou a população foi o da produção agrícola. Trazia, nas carretas puxadas por tratores de propriedade coletiva, crianças em cima dos sacos de arroz e de feijão.

No aniversário da ocupação, os assentados desfilam para o povo em alas

De volta ao assentamento, na estrada de terra, surgem os latifúndios, que desde Uberaba ostentam riqueza e solidão. Quase não há trabalhadores, nem casas: apenas gado, cana e milho. Nas porteiras, entre cercas de arame farpado, nomes de santos estão dependurados: *Fazenda Santa Maria, Santa Rita, Santa Luzia, São Miguel, São João, Santo Antonio*. Outras fazendas parecem fazer parte de outro país: Fazenda Silver, Fazenda Califórnia.

Cravada à terra, a terra ver-

melha do cerrado, a dez quilômetros de Campo Florido, a fazenda coletiva destoa dos vizinhos: são 107 famílias, cerca de 500 pessoas, divididas em onze grupos em lotes de 19 a 34 hectares, cultivados com arroz, feijão, mandioca, batata doce, abacaxi, melancia e hortaliças. Uma placa, fincada na entrada, tem, embaixo do nome, a pintura de duas mãos quebrando correntes. Nas estradas abertas pelos trabalhadores nos 3.800 hectares pisada as marcas de uma longa jornada de lutas, contadas por seus mais antigos combatentes.

Em 89, os bóias frias se fartam da humilhação. "E se tomássemos uma fazenda"?

"Me lembro como se fosse hoje", conta Zé Pretinho. "Tudo começou no dia 14 de maio de 89. A primeira reunião tinha 20 bóias-frias e chegou a 450, lá em casa, no município de Iturama." Franzino, levanta o chapéu de vaqueiro e prossegue o relato, dos tempos em que era bóia-fria: "O trabalhador tava enjoado de esperar. A gente já tinha feito uma greve para aumentar o preço da apanha do algodão em 88. A gente tava entusiasmado com outro grupo de sem-terra que fez valer a lei da reforma agrária através de uma primeira ocupação em Iturama, na improdutiva Fazenda Barreiro".

Zé Pretinho não está só. Reunidos na casa de Barroso e Terezinha, na Agrovila do assentamento, alguns dos participantes da ocupação conversam com os jornalistas. Recordam as condições em que o movimento foi iniciado. No fim dos anos 80, os latifundiários de Iturama, cuja propriedade muitas vezes avariam por Goiás, Mato Grosso e São Paulo, eram confrontados por movimentos dos trabalhadores rurais e urbanos. Em 88 estourou a greve dos cortadores de cana e, logo em seguida, dos

apanhadores de algodão. Com o fechamento do principal frigorífico, 500 trabalhadores se uniram à massa de desempregados. O favelamento crescia junto com a miséria da periferia. Ali estava o caminho para o fim da miséria: a ocupação de terras, avaliadas como improdutivas, e portanto passíveis de desapropriação.

A primeira ocupação dos trabalhadores de Limeira d'Oeste, em 23 de janeiro de 1990, na Fazenda Colorado, foi frustrada. João Batista, presidente do PT de Uberlândia, que participou da organização dos movimentos de ocupação, junto com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), explica: "A preparação e organização demoraram seis meses. Os trabalhadores passaram a se reunir em grupos para impedir a infiltração de informantes, mas mesmo assim não deu certo. A polícia e os fazendeiros armaram um esquema muito rigoroso. Cerca de cem famílias foram barradas em Limeira d'Oeste e apenas a metade, da região de Vila União, conseguiu fazer a ocupação. Ainda tentaram resistir, mas não foi possível. Um batalhão de choque colocou as entidades que apoiavam os sem-terra num ônibus e levou para a delegacia de Iturama. Os trabalhadores resolveram, então, acampar para se manterem mobilizados".

Infiltrada nas reuniões, a PM frustra os planos. Surge um acampamento que vai durar 3 anos

Zé Maria, membro da CUT regional, que participou da oposição sindical, conta: "Depois que os companheiros foram despejados, fomos para o quilômetro 12 da BR 497, que liga Uberaba ao Mato Grosso. Ali ficamos, nos organizando e discutindo propostas, negociando em Brasília com o ministro Cabreira". Sempre receberam não: "O ministro tinha três fazendas só



DOMINGOS SÁMIO CORÊA

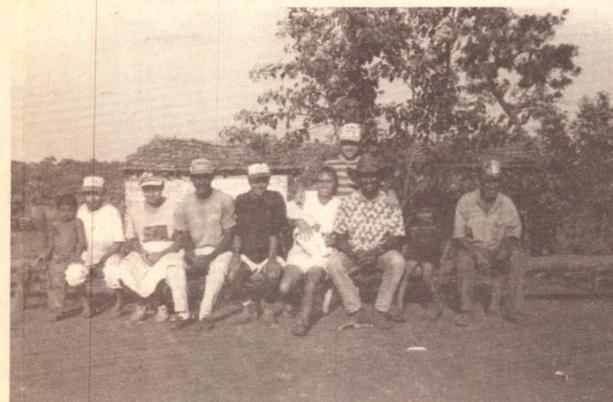
Com apenas dois anos de assentamento os trabalhadores contam com oito tratores (acima), mas nem todos possuem casas de alvenaria (direita a cima). Organizados em coletivos, produzem para serem felizes (direita, ao lado)

em Iturama e queria nos mandar para o norte do Brasil. Ali no acampamento fizemos a nossa educação popular, discutimos a nossa realidade, nos relacionamos com as entidades populares. Agüentamos fome, frio e desconforto. Aprendemos a resistir com união."

A tentativa de ocupar outra área, a da Fazenda Varginha foi frustrada, meses mais tarde, por um verdadeiro massacre policial. A pedido dos fazendeiros, da UDR e da ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu), o governador Hélio Garcia, mobilizou um batalhão de

choque de Uberaba, Uberlândia e Belo Horizonte para promover um castigo exemplar.

Lorival, que participou do início do movimento como integrante do CPT (Comissão Pastoral da Terra), descreve o desfecho: "A polícia chegou à noite, totalmente alcoolizada, derrubando barraco, soltando bomba, batendo com madeiras grossas. As mulheres se colocaram na frente dos policiais, procurando proteger os companheiros. Os homens foram amarrados nas árvores e torturados. Homens, mulheres e crianças foram alvejados e levados para a delegacia



cia embaixo de pancadaria. Lá, foram obrigados a sentar na areia quente e a se intoxicar com a fumaça de uma montanha de papel incendiado. Tem criança que não pode nem ver polícia, chora, foge ou quer bater. A violência policial traumatizou 260 famílias e afastou muitos trabalhadores da luta".

Da humilhação, surpreendentemente, nasceu a força da resistência. Passeatas e manifestações de solidariedade surgiram de várias entidades. Enquanto o despejo acontecia, uma comissão de negociação constituída pelos acampados, o PT, a CUT, o MST,

ouvia do delegado do Incra, em Belo Horizonte, a proposta de entregar aos acampados a Fazenda Santo Inácio, em Campo Florido. Na BR 497, os trabalhadores rurais decidiram, em assembleia, aceitar a proposta.

Permaneceram, porém, acampados à margem da rodovia durante três anos de sucessivas proclamações. Conviveram com as maiores dificuldades e viram a morte de perto: o menino Cincin foi atropelado e a trabalhadora Maria Cristina perdeu a vida por falta de auxílio médico. Os caminhões lotados de cana-de-açúcar corriam e invadiam

Dois anos sem patrão

Ocupantes de Campo Florido lutam contra corte de verbas e individualismo. Ninguém quer lembrar do tempo de bóia-fria

parte do acampamento, arrastando para dentro da noite um barulho ensurdecedor. A precariedade das lonas de plástico expunha as famílias à chuva e ao frio. O fubá era o prato de todo dia. Vez ou outra, as entidades solidárias ao movimento enviavam cestas de alimentos.

Em 19 de maio de 93, depois de participarem de 40 audiências e revoltados com a morosidade da Justiça, os acampados ocuparam a Fazenda Santo Inácio/Ranchinho. A ocupação era manchete do dia seguinte no jornal Correio do Triângulo: "No mês de abril, o ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Lázaro Barbosa, e o presidente do Incra, Oswaldo Russo, foram ao acampamento dos sem-terra e prometeram assentar 200 famílias até o final deste ano. Como nada de concreto aconteceu, os sem-terra optaram pela invasão."

No castigo exemplar. Governador manda tropa de bêbados reprimir os sem-terra

Em resposta, a ABCZ, em 29 de maio de 1993, publicou um informe publicitário no Jornal de Uberaba, para defender a desgastada imagem da família Cançado, proprietária da improdutiva Fazenda Santo Inácio, e atacar os trabalhadores acampados em Campo Florido: "O fato, ocorrido na madrugada do último dia dezoito, está causando incontinua tranqüilidade entre o setor produtivo de todo o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, por se tratar de agressão violenta à ordem e à lei."

A posse da terra saiu em dezembro de 1993. A comissão de negociação trazia de Brasília a boa nova e fogos para comemorar. Mas a morte da netinha de Zé Pretinho e Maria, Aline, de um ano e meio, transformou a festa em luto. A menina, esfomeada, havia ingerido creolina e, subnutrida, morreu antes de receber atendimento médico. A revolta transformava, mais uma vez, a dificuldade imensa em desafio: foi fincada no coração da UDR a bandeira da reforma agrária.

CECÍLIA LUEDEMANN

Em apenas um ano e meio de assentamento, a coletividade camponesa de Campo Florido transformou-se numa referência importante da luta pela reforma agrária em Minas Gerais. Frequentemente, os representantes do movimento discutem sua experiência nos quatro acampamentos dos sem-terra de outras partes do Triângulo e nos assentamentos em Iturama e Santa Vitória. A coletividade camponesa superou as expectativas, abandonando o passado miserável de ex-bóias-frias. Produziu, já no primeiro ano, 2 mil sacos de arroz, e outros produtos — feijão, mandioca, batata doce, hortaliças, etc — e criou uniões, para a subsistência. A escola primária 19 de maio faz parte dessa vitória inicial. Construída pela prefeitura no próprio assentamento, depois de meses de protestos, tem à frente a diretora, Terezinha e uma das três professoras, egressas do próprio assentamento.

O coletivo obteve, no primeiro ano, a divisão, pelo Incra, dos lotes para os onze grupos de agricultores, constituídos, em média, de dez glebas familiares. Conquistaram também um recurso inicial para investimento pelo Proceara (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária). O planejamento garantiu a união dos esforços das 107 famílias para transformar as terras abandonadas — tomadas por lobos, onças e cobras — em produtivas. Abriram estradas, limpavam, araram e semearam as lavouras. Entidades como a CUT, MST e CPT apoiaram o desafio da produção com assessoria técnica e tecnológica: os assentados receberam orientações de agrônomos e veterinários e ganharam máquinas.

Boicote do governo: Hoje, o assentamento conta com 8 tratores, mas convive com as dificuldades para sair da economia de subsistência e chegar à produção comercial. A escassez de recursos do Estado, agravada no governo FHC, transforma-se numa espécie de bloqueio econômico para inviabilizar as experiências dos trabalhadores rurais e impedir o avanço da reforma agrária no Brasil. O governo não liberou verbas para o projeto de eletrificação do assentamento. Descapitalizados, os trabalhadores rurais utilizaram o mísero recurso

de 700 reais, destinado à habitação, para a sobrevivência nos primeiros meses de trabalho. Resultado: poucas construções de alvenaria destacam-se em meio às casas de pau-a-pique revestidas por plásticos.

Temendo geadas que atacam a lavoura de feijão e lutando contra as pragas derrubadeiras que prejudicaram a colheita de muitas famílias, os assentados de Campo Florido enfrentam ainda uma praga ainda mais poderosa: o individualismo. Desde o início do movimento aprenderam a conviver com várias entidades, partidos e tendências. A contradição entre a consciência coletiva, criada ao longo das lutas, e a prática individualista, incorporada pelos trabalhadores no dia-a-dia da sociedade capitalista, aflora justamente quando o coletivo assume a tarefa de dirigir seus próprios destinos.

Essa contradição entre a consciência e a prática aparece na associação dos assentados, construída ao longo dos 8 anos de luta do movimento. Não há presidente. As decisões são coletivas, baseadas nas discussões desenvolvidas nos grupos de famílias e nas assembleias gerais. Uma comissão central, onde participam os representantes de cada grupo e de algumas comissões especiais (educação, saúde, negociação, meio ambiente, religiosidade, ética, por exemplo) representam os agricultores perante a sociedade. Esse tipo de organização garante o exercício democrático das diferenças e o aprendizado, a longo prazo, de uma prática coletiva.

As 107 famílias já cadastradas na Associação, incorporaram-se mais algumas dezenas pelo processo solidário da "adoção": parentes, amigos e bóias frias foram convidados a compartilhar a terra conquistada. Mas algumas insistem na manutenção da velha prática de produção individual. A realidade, aos poucos, vem demonstrando que esta apenas leva ao aprofundamento das dificuldades, com a perda de recursos e o endividamento. Muitos trabalhadores, livres para transitar entre os grupos de vários tipos, começam a abandonar as experiências de produção individual para engrossar a fileira dos coletivos. (C.L.)

DESINDEXAÇÃO À FHC

O fim da proteção dos salários contra a inflação é o início de um movimento que visa eliminar direitos trabalhistas e enfraquecer os sindicatos

Depois das enormes dificuldades enfrentadas junto às forças que compõem seu campo de apoio e dos abalos políticos causados pela proposta de reforma da Previdência, o governo retomou toda a iniciativa e no último período vem conseguindo aprovar com tranquilidade todas as medidas de seu interesse. Fez isso à base de intensas negociações, barganhas e concessões — tanto de conteúdos de propostas quanto de vantagens políticas e fisiológicas — com as forças mais tradicionais. O principal recuo foi a inversão de pauta: em lugar das reformas previdenciária e fiscal, a prioridade passou a ser a reforma da ordem econômica, sobre a qual pairam menos resistências do que sobre aquelas duas.

Com isso o governo montou seu campo de apoio político-parlamentar, o que não conseguiu nos primeiros meses. Até março, pelo menos, FHC pensava dar proeminência à estrutura executiva do governo (Presidência, Casa Civil, Planejamento e Fazenda), toda ela do PSDB, e deixar a negociação miúda para o PFL, a ser exercida por Marco Maciel. Nesse quadro, os partidos andariam a reboque das propostas tucanas. Esse figurino foi, no entanto, rejeitado pelas forças de apoio ao governo. FHC cedeu. Hoje o campo de apoio governista tem natureza, ritmo e conteúdo mais próprios da dinâmica dos grandes partidos (PFL e PMDB, sobretudo) do que da dinâmica imaginada pelo PSDB até março.

Além do fisiologismo, aprovação de emendas teve outro preço: o fortalecimento do PFL

É pouco provável que esse quadro sofra alguma reversão até o final do ano. Isso somente ocorrerá nos casos de um agravamento rápido da inflação — o que parece difícil — ou de conflitos muito intensos em torno das reformas tributária e previdenciária.

As sinalizações de uma política de juros mais branda, as enormes facilidades concedidas aos produtores rurais na renegociação das dívidas e na reabertura do crédito agrícola, e os entendimentos com os governadores acerca de suas dívidas e dos bancos estaduais, mesmo complicando alguns aspectos do es-



Assalariados sem carteira assinada em S.Paulo. Planos do governo incluem "informalização" ampla do mercado de trabalho

que ma que vinha tomando o Plano Real, abriram todo o espaço de que o governo precisava no Congresso para aprovação de suas propostas. Contribuiu muito, além de tudo, a ostensiva distribuição de cargos aos pardos.

A desindexação de contratos, prevista desde o lançamento do Plano Real para começar em julho próximo, assume agora importância decisiva para o governo. Só com a desindexação será possível conter saltos mais frequentes no patamar inflacionário e obter folga para remarcações de tarifas e mesmo para novas desvalorizações cambiais. Mas o peso maior será jogado sobre os salários, e nesse sentido o governo já se lançou a uma grande ofensiva política.

A ofensiva política do governo é clara: a desindexação visa os salários

A desindexação salarial visa também maior contração da demanda e abertura do debate acerca da flexibilização dos direitos trabalhistas e encargos sociais. O desaquecimento econômico e uma eventual recessão contribuiriam muito para essa estratégia,

que, politicamente, pretende culminar na revisão do sindicalismo. Na visão do governo, o movimento sindical deve ter seu poder enfraquecido, sobretudo no setor público, que é o maior alvo das reformas neoliberais e que abriga forte organização dos trabalhadores contrários às reformas. A aproximação oficial da Força Sindical ao governo é, entre outras coisas, motivada por essa aposta no enfraquecimento do poder sindical.

Valendo-se da reunificação do seu campo de apoio e dos efeitos políticos da greve dos petroleiros — na qual FHC investiu altíssimo capital político, em parte para delimitar o futuro campo de embates sindicais e salariais —, o governo investe na total desindexação dos salários (com exceção do mínimo e das pensões e aposentadorias equivalentes ao mínimo). Sabe, porém, que dificilmente o Congresso aprovará essa medida: há uma tendência muito forte de se introduzir algum mecanismo ou faixa de proteção frente à inflação para os setores mais desorganizados. Trata-se de um risco político que os deputados nunca aceitaram correr.

O governo provavelmente aceitará esse tipo de proteção,

desde que limitada, porque isso lhe propicia ganhar em vários lados: desindexa a política para os mais organizados e para o setor público e não enfrenta o desgaste junto aos assalariados de baixa renda, além de não ter que entrar em atrito com suas bases parlamentares.

O governo vive seu melhor momento político desde a posse. Seus principais problemas localizam-se no campo econômico, com as definições complexas a serem tomadas no curto prazo. Sabendo-se, entretanto, o grande peso político que a estabilização tem na constituição do atual governo, não são problemas de pouca importância.

Por trás dos acertos governo - "Força Sindical", a tentativa de golpear sindicatos combativos

A reeleição de Menem na Argentina aliviou um pouco a tensão de uma crise econômica como a mexicana, mas não assegurou nenhuma base mais duradoura para o Plano. As reformas constitucionais também têm estimulado, em grande medida, horizontes mais tranquilos a investidores e forças políticas,

mas também apresentam alguns efeitos desconhecidos.

O alvo principal são salários das categorias organizadas e dos servidores públicos

Contudo, o preço de toda a ampla composição política conseguida pelo governo poderá ser a diminuição de sua autonomia na gestão econômica, tendo em vista que há ainda uma longa pauta a ser debatida e que os compromissos e contrapartidas tendem a se multiplicar. Tudo isso em meio ao momento mais decisivo do Plano Real. Também o embate violento com os sindicatos, a recusa à negociação com forças importantes da oposição e da sociedade e os custos de uma eventual recessão poderão reverter-se em forte sentimento anti-governo.

Em resumo, pode-se dizer que o segundo semestre deste ano em alguma medida definirá o perfil, os limites e o alcance do governo Fernando Henrique Cardoso.

LUIZ GUILHERME PIVA,
ECONOMISTA, DOUTORANDO EM
CIÊNCIA POLÍTICA E
COORDENADOR-GERAL DO
DESEP-CUT

UM ANO DE REAL

No último dia 22, às vésperas do primeiro aniversário do Real, a equipe econômica do governo FHC promoveu nova mudança na chamada "banda cambial". O governo preparava-se, além disso, para decretar a desindexação dos salários e inaugurar nova fase do plano de estabilização. Para compreender o que significam estas mudanças, convém analisar a lógica do que foi feito até agora.

Como muitos planos de estabilização postos em prática nos últimos anos na América Latina, o "Plano Real" recorreu à "âncora cambial" como principal instrumento para o controle da inflação. A cotação nominal do dólar parou de subir, que estabilizou os preços dos produtos importados e dos que sofrem sua concorrência. Com a aceleração da abertura da economia, foi feita uma espécie de repressão aos preços.

Este arranjo realmente derrubou a inflação. Além disso, produziu um grande aquecimento da economia, e não a recessão que muitos esperavam, pensando que o plano se basearia, como no esquema tradicional dos programas de estabilização recomendados pelo FMI, em aperto monetário e contenção da demanda.

Queda da inflação ligada a um truque: Com o dólar fixo, há uma "repressão dos preços"

Ao contrário: por alguns meses foi possível combinar queda da inflação com expansão do consumo e da produção, e até com uma pequena recuperação do emprego, sem arrocho salarial adicional. Ou seja, permaneceu "apenas" o arrocho anterior, e neste período de expansão da economia algumas categorias de trabalhadores puderam até recuperar uma pequena parte das perdas acumuladas.

O principal problema do "Plano Real", denunciado desde a primeira hora por muitos críticos, inclusive no PT, era que a lógica da "âncora cambial" levaria a perdas na balança comercial, a uma dependência acentuada da entrada de capitais externos, a um processo de regressão da economia e mesmo à perda da soberania nacional, com trágicas conseqüências a médio e longo prazos.

O governo sabia que isto ocorreria, mas membros da equipe econômica disseram que seria positivo. Sustentaram que o capital estrangeiro, que havia começado a ingressar no país desde o início dos anos 90, compensaria o aumento de importações e o pagamento da dívida externa. Acrescentaram que

AS VACAS MAGRAS DO REAL

Diante dos desequilíbrios provocados pelo plano, o governo reage com desvalorização da moeda, recessão e volta do arrocho de salários

o plano se apoiava, além disso, num volume inédito das reservas internacionais de divisas, que chegaram a 43 bilhões de dólares.

Se as coisas funcionassem do jeito que a equipe econômica do governo esperava, já seriam ruins para o país. Mas não é possível fugir da instabilidade intrínseca à economia capitalista, agravada nesta fase de desregulamentação financeira internacional. É o que a crise mexicana veio demonstrar mais uma vez.

A partir dela, os dados da situação se alteraram de forma substancial. Passou a ser impossível confiar em entradas vultosas de capital externo, mesmo com todas as concessões já feitas ou por fazer. Não há taxa de juros que atraia grande volume de capitais para um país em risco de insolvência. Para a economia brasileira, passou a ser imperativo produzir superávits na balança comercial.

O problema, então, passou a ser o de como corrigir a situação externa sem permitir a volta da inflação. Questão complicada, pois no coração da estratégia de estabilização está a "âncora cambial". Uma possibilidade seria uma reorientação global da política econômica. Mas para isto seria preciso provavelmente outra equipe econômica e, quem sabe, outro presidente. Partiu-se, então, para fazer os remendos possíveis.

Desde o início do ano começou um movimento de elevar tarifas de importação e de intensificar esforços para reduzir o nível da atividade econômica, e isto da maneira mais perversa - através do aperto monetário e da elevação da taxa de juros.



Carros importados lotam os pátios dos portos. Em um ano, país perdeu 10 bilhões de dólares em reservas internacionais

Um segundo movimento foi a tentativa de flexibilizar a "âncora cambial", com uma pequena desvalorização do real e a introdução do sistema de "bandas". Em março isto foi feito de forma confusa e desastrosa, o que provocou uma mini-crise cambial. Durante algumas semanas, os investidores externos deixaram o país em grande velocidade. As reservas de divisas baixaram, em abril, para pouco mais de 30 bilhões de dólares.

A opção do governo foi agravar os altos juros como muleta da "âncora cambial". O governo passou a pagar taxas elevadíssimas, para evitar que a saída precipitada de capitais prosseguisse, estimular as exportações. (os exportadores recebem antecipadamente o pagamento de suas vendas, aplicam o dinheiro na ciranda financeira) e reduzir a demanda. Esta política tem péssimos efeitos

colaterais. A primeira vítima são as finanças do setor público, o maior devedor do país. As altíssimas taxas de juros causam dificuldades também para pequenos e médios empresários, e até para alguns grandes. A economia caminha para uma recessão, e o desemprego volta a aumentar.

Mas até a terceira semana de junho esta política não vinha seguindo o seu objetivo. A balança comercial do mês, segundo se anuncia, registrará mais uma vez um déficit vultoso. É a partir deste fracasso que se pode entender o significado da mudança da "banda cambial" e os planos de desindexação dos salários.

Excetuando uma reorientação global da política econômica, o governo ficou diante de duas alternativas. Uma, a de "dobrar a aposta". A manutenção da "âncora cambial" exigiria uma alta ain-

da mais dramática dos juros, para aprofundar a desaceleração da economia e levá-la até uma recessão, que teria de ser mais ou menos forte dependendo da entrada de capitais externos. Essa seria a "opção argentina". Os prejuízos para a indústria nacional, especialmente para os setores exportadores, seriam evidentes; e as conseqüências negativas para toda a população, enormes: aumento do desemprego, agravamento do arrocho salarial, etc. Seria impossível evitar turbulências políticas.

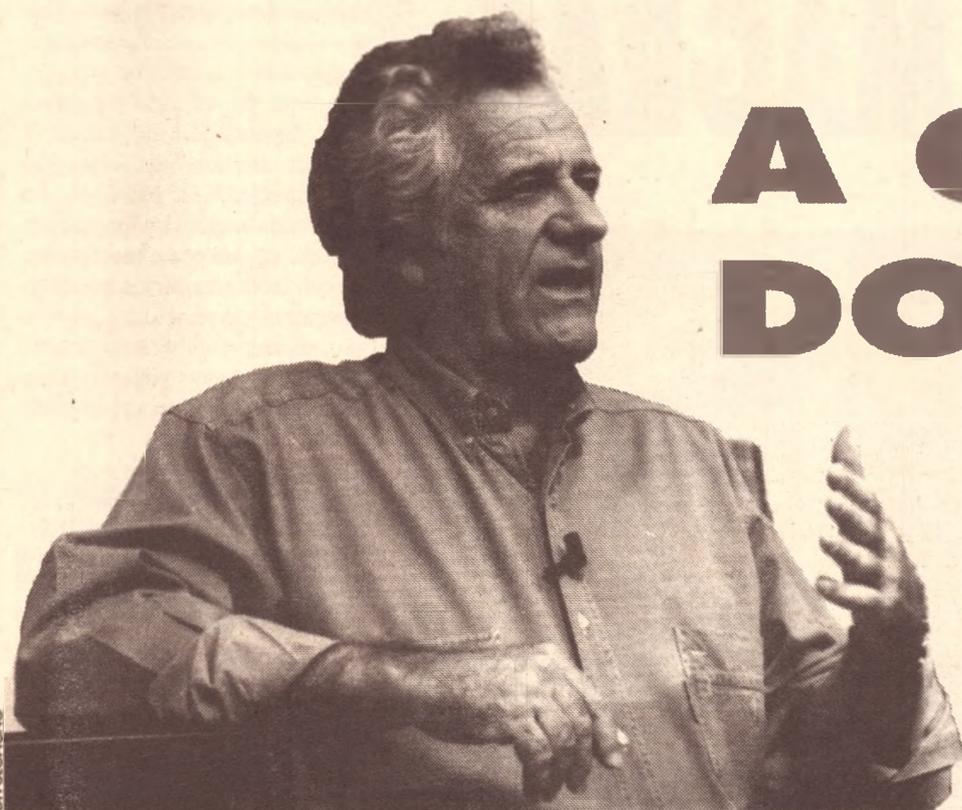
Ao contrário do que ocorria nos programas tradicionais, cresceram o consumo e a produção

A segunda alternativa é a de flexibilizar realmente a "âncora cambial". É, ao que parece, a opção escolhida com a nova "banda": não apenas é mais larga, com espaço para uma desvalorização de quase 8% do real em relação à taxa atual, como desta vez não se assumiu qualquer compromisso de mantê-la por muito tempo. O governo adquire, assim, a possibilidade de usar ajustes na taxa de câmbio para recuperar as contas comerciais. O inconveniente, é que isto tem efeito inflacionário.

O que o atual plano de "desindexação" indica é que o governo Fernando Henrique Cardoso tentará compensar este impacto com outro instrumento "estabilizador", isto é, o arrocho salarial. É o que virá se passar o fim da política salarial e o estabelecimento da "livre negociação" num momento em que a tendência é de recessão e aumento considerável do desemprego. Como os mais cínicos têm assinalado, com recessão fica mais fácil "moderar" as reivindicações salariais.

De qualquer maneira, as opções são difíceis para uma equipe econômica e um governo como estes. A inflação, já num patamar não desprezível, deve crescer em junho e julho, principalmente devido ao reajuste de tarifas públicas. As reservas internacionais já caíram e não há nenhuma garantia de que as medidas já adotadas sejam suficientes para recuperar as contas externas. Não se pode excluir que a situação internacional se agrave, com crises mais fortes no México ou na Argentina. É provável que a resistência social e política às medidas do governo aumente daqui para a frente. Tudo indica que o segundo ano do real será mais difícil.

JOÃO MACHADO, PROFESSOR DE ECONOMIA DA PUC-SP E MEMBRO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT



A CARA DO BRASIL NA TV

Depois de seis anos de ausência, volta às telas o artista que levou à TV a arte e a cultura do interior

"Não rejeito a TV a cores, nem os avanços técnicos. Mas prefiro ao vivo, por causa da emoção"

Meu verso é como a semente que nasce em riba do chão não tem estudo nem arte a minha rima faz parte das obras da criação

Patativa do Assaré

Rolando Boldrin, especialista nas artes do dizer, está de volta à televisão. Todos os domingos, às 21 horas, a CNT exibe seu novo programa, *Estação Brasil*. Apresentando a cultura brasileira em toda a sua diversidade, vai tecendo a unidade da cultura popular, tão retalhada e despojada do seu significado pelos modismos e preconceitos. Nessa diversidade, juntando o velho com o novo, o popular com o erudito, teatro e música, vai espalhando aos quatro cantos, o canto do povo a romper fronteiras. Como um caçador de *causos*, estórias e lendas, é o aquarelista da vida brasileira, seguindo o exemplo do grande mestre Cornélio Pires, pioneiro na divulgação da cultura caipira.

"A Globo não se interessava pelo Som Brasil. A TV prefere o popularesco"

BA: Por que você resolveu voltar para a televisão? Qual é a proposta do programa?

RB: Eu parei há mais ou menos seis anos, mas continuei viajando com os meus shows. Dessa forma, preenchi o espaço

vazio da televisão. Não que houvesse um desencanto total com ela. Tive vários convites para fazer novela na Globo, mas já preenchi meu currículo novelesco. Fiz mais de 25 novelas, inclusive a primeira da TV.

É difícil você impor um trabalho voltado para a cultura, porque à mídia eletrônica interessa o sucesso imediato, o popularesco. Eu trabalho com um produto mais rebelde, mais pedra bruta. Sou muito sensível, sofri muito na Globo. Não havia nenhum interesse em divulgar o "Som Brasil". Quando comecei o programa pesava 83 quilos. No final, estava com 62, e voltou uma úlcera escondida. Não era o padrão deles.

Desde molequinho eu canto o Brasil. Aos sete anos tocava viola em Guafrá. Com oito ou nove, ia do samba à moda de viola. Conheço o repertório de Noel Rosa, Cartola, Nelson Cavaquinho, Assis Valente, Vicente Celestino, Orlando Silva e Dalva de Oliveira, além de todas as duplas do passado: Alvarenga e Ranchinho, Jararaca e Ratinho, Xerém e Bentinho. Mais tarde, me envolvi com a música caipira como um pesquisador inato. Não pesquisava, era tudo de orelhada, de intuição. Nunca marquei nada, só registrava na cabeça..

BA: O seu começo não foi como ator?

RB: Foi um misto de ator e cantor. A declamação e uma experiência no circo requisitaram um trabalho de ator. Meu teste na Tupi foi para cantor, mas percebi que não agradei. Comecei a investir no meu lado de ator. A coisa aflorou e fiquei trabalhando como figurante de programa de aventura. De repente, fui contratado.

O meu interesse pela música brasileira veio mais tarde. Achei que tinha uma missão muito importante a cumprir, que era desenvolver um trabalho cultural, para um dia ser útil. Mas não concordava com a forma tradicional de apresentar nossa cultura, que para muitos se resume em samba, carnaval, mulata e futebol.

"Se você quer ficar no Fantástico, tudo bem. Se não quer, ofereço a opção de um programa brasileiro"

Fiz o projeto do *Som Brasil* e mostrei para várias emissoras, mas ninguém quis. Depois de muito conversar, a Globo topou. O programa foi um sucesso e fiquei feliz de ver que tinha razão. Saí após três anos de trabalho, cansado e meio doente. Não insisto muito com as coisas difíceis, não tenho muita energia física. Não brigo com as armas das pessoas desse meio — brigo com a emoção e isso desgasta muito. Estreei agora o *Estação Brasil* na CNT e já estou estressado, pois todo começo é difícil. Estou criando, impondo o meu trabalho, mas não se vê a crítica reconhecer que existe um produto diferenciado no ar. Mas dessa vez, estou mais animado, pois recebi um apoio muito grande da emissora. Estamos no horário do *Fantástico*. Quando as pessoas estranham eu digo que se a pessoa quer continuar na Globo, tudo bem. Mas, se quiser ter uma opção, uma alternativa, vai ver um programa brasileiro.

BA: "Estação" tem muitos sentidos. De chegada e de partida das várias culturas; e de estação de rádio.

Boldrin: Estação de tempo, também. Tenho uma música inédita chamada *Tempo das aves*, que é o tempo de voar. Nós estamos no tempo de grandes vôos. Faço uma homenagem ao rádio porque foi onde comecei, e é até hoje o veículo de comunicação com maior alcance. Já estação de trem é uma idéia que tive há muito tempo, e a Globo aproveitou com o Lima Duarte. Era um cenário, do mesmo cenógrafo do meu programa atual, de uma estação de trem. Era a chegada de trens em estações e os Estados eram representados por uma tabuleta.

BA: Música regional vem sempre associada ao folclore, a "coisa antiga", "do passado. O Luiz Vieira, quando esteve no seu programa, apresentou produções antigas, nada de mais recente. Não existe nada novo ou não existe divulgação?

Boldrin: De certa forma, estamos voltando sempre um pouco ao passado. Muitos cantores fazem isso, como a Eliete Negrinhos que gravou *Súplica*. Eu procuro misturar o velho com o novo. Não podemos negar que a safra atual de música não é tão forte como a dos anos 60 ou 70, quando apareceram Chico Buarque, Vandrê, Gil, Caetano. Naquele tempo havia os festivais. Está precisando surgir uma estação de TV potente, que resgate o Brasil de novo, tente redescobrir o país musicalmente. Não que o Chico Buarque não deva continuar. Ele tem que ficar muito tempo, velhinho, maravilhoso como sempre, mas tem que surgir gente nova, outros *Chicos*. Ontem, estava num barzinho e ouvi um rapazinho cantando. Já peguei o cartão dele, e escalei no meu programa.

No programa de 2 de julho apresento Fátima Guedes e Lula Barbosa, um cantor jovem. Fátima canta uma obra do Paulo César Pinheiro e Sueli Costa, *Violão*; Lula emenda com *A Voz do Violão*, de Chico Alves e Horácio Campos, um clássico. Eu trabalho em cima disso. Resgatei a memória do Alvarenga e Ranchinho, fazendo uma brincadeira com o Vande e o Laerte, no sentido de não perder o fio da meada dos humoristas do rádio.

BA: Como é sua relação com a indústria fonográfica?

Boldrin: Há cinquenta anos, a indústria fonográfica no Brasil só se preocupa com o mais fácil, ou seja, vender disco a curto prazo. Esquecem de que se impusessem um produto melhor, mais qualificado, mais brasileiro, e esquecessem um pouco a *macaquice*, que o artista brasileiro usa muito, venderiam mais.

Não se trata de negar a influência musical, que no Brasil é múltipla, e deve ser bem-vinda. Pouca gente sabe que a quadrilha caipira é francesa. Absorvemos também o bolero, na música romântica e na caipira; a mexicana, a paraguaia; a guarânia, o fox e o rock.

Mas é preciso retrabalhar as influências, e impor o que é nosso. Gosto de citar o exemplo da Elba Ramalho. Ela impõe a música nordestina fora do Brasil. Assisti a um show dela na França, com 30 mil pessoas, cantando xaxado, forró, frevo. É o mesmo que fez Luiz Gonzaga, com a música do norte.

"O Chico tem que morrer velhinho, maravilhoso como sempre. Mas precisa haver renovação"

BA: Por que você não trabalha com rádio, atualmente?

Boldrin: Eu caminho junto com a tecnologia. Não rejeito a TV em cores, nem os avanços técnicos. Mas prefiro ao vivo, por causa da emoção. A TV hoje fabrica artistas, atores, o *play-back* tira toda autenticidade. O rádio sofreria muito mais com isso. Gravado, perde toda graça. Tem de ser feito ao vivo, e exige dedicação total.

Uma vez me disseram que eu deveria voltar para a televisão no horário da manhã, como fazia na Globo, porque o meu público no interior é muito fiel. Só que esse público para quem fazia o programa, conhece esse trabalho. É preciso mostrar para quem não conhece, educar o homem urbano e dizer que existe esse trabalho.

BA: O Ariano Suassuna, escritor e secretário da cultura de Pernambuco, tem desenvolvido uma proposta de cultura ligando a arte à educação. O que você acha desse trabalho?

Boldrin: Acho maravilhoso. Representei o *Auto da Compadecida*, há 37 anos. Gostaria de ter a energia dele. Voltar no tempo e junto com ele fazer isso. Em São Paulo, para um grande evento vão buscar

um artista no estrangeiro para cantar no Parque do Ibirapuera.

BA: As atitudes de resistência, como a sua, ficam isoladas em uma região ou outra. Haveria possibilidade de um grande movimento de cultura popular?

Boldrin: Eu não sou de liderar nada, eu canto o que sinto. Mas acho que o momento seria para se fazer uma grande corrente de cultura popular.

BA: Seu programa procura isso...

Boldrin: O *Som Brasil* era. Mas depois que saí, foi esfriando e acabou. Não interessa para a Globo mostrar cultura. Interessa novela, que dá dinheiro, pode ser vendido. Meu programa esteve anos em cartaz e nunca foi vendido para lugar nenhum — novela eles vendem para vários países. Uma vez fui convidado a escrever para especiais do Leandro e Leonardo, porque era moda. Eu queria usar a popularidade dos meninos e mostrar um outro *Som Brasil*, e eles não deixaram. Eles querem o mais fácil, o Chitãozinho depois que virou sucesso.

BA: Ou então fabricam.....

Boldrin: No caso da música sertaneja nem fabricam, pois a área sertaneja não precisa deles. Vive do rádio, do contato direto com o interior. Teixeira fez *Coração de Luto* e vendeu horrores, sem precisar ir à televisão. Sugerir à Globo que retomasse o *Som Brasil*, com outro apresentador. Mas como o Roberto Marinho gosta dos *Concertos*, não se apresenta e nem se produz programa cultural. Na minha época, *Som Brasil* engoliu os *Concertos para juventude*, que eram a menina dos olhos do Roberto Marinho.

"Não sou de liderar nada. Mas sou por uma corrente em defesa da cultura popular"

BA: E a música popular internacional?

Boldrin: Todo o país, e principalmente os da América Latina, deve trabalhar sua própria música — e precisa haver um intercâmbio. Não sou contra a música chilena ou paraguaia. Mas gosto com eles e não da *macaquice*. Somos o país mais rico em ritmos do mundo. Muitos deles tiveram origem nos outros países, como o samba, que é africano. Mostro isso no meu programa, com o Olodum, a influência benéfica do som *afro*, não só no samba, como mas também o *blues*, nos E.U.A.

Uma vez, sugeri fazer no Memorial da América Latina um show de artistas bra-

sileiros com artistas chilenos, dividindo o mesmo palco. Como o Chico Buarque fez com o Pablo Milanez. Essa ligação é importante.

BA: De onde vem seu conhecimento sobre poetas, cantadores e violeiros, enfim sobre os fazedores de cultura? Vem de um trabalho de pesquisa?

Boldrin: Vivência, convivência. No começo eram poucos. Com o sucesso da Globo, muitos outros foram chegando. Alguns poetas do Norte eu vim a conhecer depois, como o Patativa. O prefácio do meu livro é feito por ele e o posfácio pelo Paulo Bonfim. Isso ilustra a mistura que eu faço.

Quando fui para a Globo, queria garantias para fazer tudo o que desejava. Fiz o contrato de um modo que ninguém podia mandar e nem mexer no programa — nem o Boni, nem o Roberto Marinho e nem ninguém. Só compus o tema do programa, *Vide, vida marvada*, depois dessa garantia. Pedi para minha mulher fazer um café. Colocou na térmica, foi para sala ver novela e em 10 minutos estava pronta a música. Quando ela ouviu, começou a chorar. Era bonito demais.

SOLANGE AMERICANO
COLABORADORA DO "BRASIL AGORA"



DIVULGAÇÃO

"Achei que tinha uma missão. Mas não concordo com a visão que restringe cultura brasileira a samba, mulata, carnaval e futebol"

UM CONGRESSO AQUEM DO NECESSÁRIO

O encontro de Brasília não esteve à altura da UNE, a entidade nacional que se posiciona mais claramente contra o neoliberalismo



JUCA VARELA/FOLHA IMAGEM

Animação nas plenárias: mais de 4 mil delegados eleitos, no maior congresso da UNE

Em que pesem as profundas divergências intestinas do movimento estudantil, um fato deve ser mencionado, em defesa da União Nacional dos Estudantes: das grandes entidades nacionais, representativas dos segmentos organizados da sociedade civil, talvez seja a UNE aquela que de forma mais clara tem se posicionado na luta contra o projeto neoliberal. Exatamente por isso, era de se esperar que o 44º Congresso da entidade, realizado em Brasília, de 14 a 18 de Junho, se caracterizasse por essa posição, tornando-se um ato estudantil contra as reformas.

Sectores do PT tentaram formar uma chapa que abrigava até mesmo os tucanos

Infelizmente, a dinâmica da disputa de aparelho falou mais alto, relegando a um segundo plano o embate político contra FHC. Às vésperas do Congresso, iniciou-se uma articulação política, cujo objetivo básico era reunir um amplo espectro de forças, no intuito de quebrar a hegemonia do PCdoB, partido que vem mantendo a maioria nos fóruns da entidade nos últimos quatro anos. Tal aliança

compreenderia o PT, principal força de oposição, o PSTU e a Liga dos Estudantes Independentes, agrupamento paulista que reúne estudantes de diversas orientações: petistas, tucanos, setores explicitamente de direita, além de independentes de fato.

O PCdoB priorizou a eleição de delegados às lutas dos estudantes

Tratava-se de um arco muito amplo, onde a questão do enfrentamento ao neoliberalismo não surgia como eixo, mas sim uma disputa sem bases programáticas pelo controle da entidade. Não ficava claro de que maneira tais forças, que reúnem poucas características em comum no que tange à concepção de movimento estudantil, conduziram a UNE no cotidiano, num quadro onde o PCdoB manteria ainda um grande peso na diretoria, porém com uma coesão que não existiria no bloco da oposição unificada.

A postura do PCdoB também contribuiu pouco para a politização do Congresso: ameaçada pela possibilidade de perder a sua única "vitrine" na política nacional, a força majoritária do movimento

estudantil jogou todas as fichas na luta pela preservação do aparelho, priorizando a eleição de delegados e afastando a UNE das lutas. Isso num momento em que os diretórios centrais de estudantes (DCEs) das principais universidades do país se jogavam em mobilizações de rua e paralisações, juntando-se à luta de servidores técnico-administrativos e professores contra a LDB reacionária de Darcy Ribeiro e o conjunto das propostas neoliberais do governo para a educação. Essas entidades não apenas não contaram com o apoio da UNE em suas mobilizações, como tiveram seu peso político no Congresso reduzido, em função da dificuldade de tirar delegados num quadro de mobilização radicalizada e permanente.

As bases petistas acabaram optando por articulação própria, com 30% dos votos

A base petista indicou um caminho alternativo ao da composição de forças sem critérios: na plenária que unificou as teses defendidas por petistas numa única chapa, tomou-se, na prática, a decisão de apresentar uma chapa de petistas, com identidade própria,

baseada no acúmulo político histórico do partido, no que tange à democratização do movimento estudantil.

A UNE segue firme contra FHC: em agosto, pode sair uma paralisação nacional

Mas a feição do Congresso já estava definida, e não era marcada pela luta política mais ampla e sim pelo velho *imbroglio* doméstico. O saldo final difere pouco dos congressos anteriores: vitória do PCdoB que, numa composição com o PDT e parte do PSB, conseguiu atingir 53% do total de votos para a diretoria. O PT se mantém como segunda força, fazendo, sozinho, cerca de 30%. O PSTU se aproxima de 10% e a Liga Independente faz por volta de 7% dos votos, garantindo presença na diretoria mas não na executiva. O MR8, antigo aliado do PCdoB, não fará parte da próxima diretoria.

Do ponto de vista da política definida, é importante ressaltar que a UNE se mantém enquanto polo de combate a FHC e ao neoliberalismo. Já a materialização prática dessa posição foi pobre: definiu-se apenas a realização de um dia nacional de mobilização, em 11 de Agosto. Outras entidades da área de educação já se manifestaram no sentido de participar dessa mobilização, que pode (e é importante que isso seja garantido) torná-la um dia nacional de paralisação da educação contra as reformas. Para tanto, os DCEs das universidades públicas devem tomar a frente deste processo para, junto à UNE, garantir a unidade dos diversos segmentos da educação.

DARLAN MONTENEGRO, VICE-PRESIDENTE DA UNE, GESTÃO 93-95

O PT NO CONGRESSO

FINALMENTE UNIDOS, PETISTAS ELEGEM VICE-PRESIDENTE DA UNE

Ao menos uma vitória pode ser comemorada pelos petistas neste Congresso: a unidade de todas as correntes em uma única chapa para a diretoria. O PT chegou a Brasília dividido em quatro teses: "Não Vou me Adaptar", defendida pela Opção de Esquerda, Força Socialista e pela antiga OJL, do Rio de Janeiro; a "UNE Para Todos", agrupando a Unidade na Luta e a Democracia Radical; "Pra Derrotar FHC", da corrente O Trabalho; e "Democracia e Mobilização", da CST. Em todas as teses havia muitos petistas que não são vinculados a correntes. A "UNE Para Todos" envolvia inclusive não-petistas.

A motivação básica da divisão foi uma visão diferenciada da conjuntura nacional. A "UNE Para Todos" defendeu, durante os últimos meses, uma postura mais flexível diante do governo e das emendas governamentais à Constituição. Segundo declarações à imprensa de seu candidato à presidência da UNE, Olavo Noletto, a entidade deveria procurar o governo para negociar as reformas. Entre aqueles que defendiam uma postura mais dura também havia divergências importantes: a "Não Vou me Adaptar" defendia a obstrução sob todas as formas às reformas neoliberais, enquanto a tese "Pra Derrotar FHC" apresentava a proposta de Assembléia Nacional Constituinte.

A presença da direção nacional do PT, através de seu secretário-geral, foi importante para buscar uma saída em que as divergências fossem tratadas de forma a não impedir a composição de uma chapa única dos petistas. Em plenária unificada do PT, foi escolhido o nome de Erika Rocha, estudante de química da UnB, para encabeçar a chapa petista. Erika defendia a tese "Não vou me adaptar" e ocupará a vice-presidência da UNE na próxima gestão.